

VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS NO ESPAÇO ESCOLAR OU JOGOS DE PODER (?)

TÂNIA LÚCIA DOS SANTOS SOUZA¹
MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA²

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma discussão sobre *Violência de gênero contra meninas no espaço escolar*, buscando avançar na compreensão das relações entre meninos e meninas no cotidiano da escola, com foco na violência praticada por meninos contra meninas nas interações conflituosas entre os sexos, “jogos de poder” que se revelam nessas relações e de que modo a escola se posiciona diante desse fato.

Para tanto, é importante destacar a Lei Federal n. 14.164, de junho de 2021 (BRASIL) que institui a obrigatoriedade da prevenção e combate à violência contra a mulher no currículo escolar e a criação da Semana de Combate à Violência contra a Mulher na Escola. Mas, para isso, a escola precisa entender a sua importância e estimular a reflexão de alunos/as, professores/as sobre a prevenção e combate à violência contra a mulher no espaço escolar e social.

A violência é um fenômeno que atinge todas as classes sociais e, infelizmente, tem atingido o espaço escolar e já faz parte de seu cotidiano, manifestando-se de diversas formas e está presente tanto em escolas da rede pública quanto da rede privada, seja no espaço urbano ou rural. Na escola, a violência pode ser praticada contra professores/as, funcionários/as e alunos/as, sendo esses últimos os mais suscetíveis a sofrer violência, especialmente as meninas, bem mais vulneráveis. E vários fatores podem desencadear este tipo de violência e não apenas fatores socioeconômicos como acreditam alguns estudiosos. O termo violência é definido no dicionário enciclopédico como: Violência “vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força”

¹ Mestranda em Ensino e graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola (UESB/FAPESB/CNPq).

² Pós-Doutorado em Antropologia Social e Doutorado em Educação (UFBA). Professora titular da UESB e coordena a Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola (UESB/FAPESB/CNPq).

(GREGÓRIO (s/d),). Para o autor, o verbo *violare* “significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a vis, que quer dizer, força, vigor, potência, recurso de um corpo para exercer a sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital” (s/d). Assim, podemos entender violência como imposição, poder ou domínio sobre o outro (GREGÓRIO, s/d). Esse poder ou violência pode ser exercido física, sexual ou ideologicamente e, apesar de entender violência como ato físico, violento, ela pode ocorrer sem que haja o uso da força física e isso ocorre, na maioria das vezes, sem que tenhamos a percepção disso.

Com base nesta definição é possível, entre as várias formas de violência, citar a violência de gênero, que segundo Saffioti (2001), não é algo recente, mas foi construída historicamente a partir de relações de dominação do sexo masculino sobre o feminino e como forma de evitar o empoderamento das mulheres. Na Lei n. 11.340/06, a violência contra a mulher é classificada como violência doméstica e violência familiar, na quais, maridos ou parentes do sexo masculino se utilizam de diversas formas de dominação, agressão física ou psicológica, coerção ou privação da liberdade, sendo a agressão física a mais comum, o que pode levar muitas vezes a óbito (BRASIL, 2006). No Art. 5º da lei, é “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Apesar do conceito de violência de gênero ser muito amplo, aqui, tratamos da violência que ocorre na escola e é praticada contra a mulher, as meninas, e pautada no modelo de organização social patriarcal, essencialmente machista, na qual, homens têm o direito de dominar e controlar as mulheres. A violência física praticada pelos alunos/as contra colegas no cotidiano escolar é visível e, nesses casos, a escola age punindo o agressor seja com advertências, seja com a suspensão nas aulas até que o caso seja resolvido e, na maioria das vezes, com a presença do discente acompanhado pelos pais ou responsáveis. Há outros tipos de violência praticados na escola e não ocorrem somente entre alunos, mas permeia todo o ambiente escolar e de maneira tão sutil, que podemos afirmar que todos os envolvidos são vítimas/agressores dentro do contexto dessa violência “oculta”. Nesse sentido, podemos citar a violência que Bourdieu, em “O Poder Simbólico” (2006, p. 15), define como “simbólica”, porque ela não se dá de forma

física, concreta, que não é exercida à força, mas é praticada com o consentimento e o enquadramento dos sujeitos envolvidos. A escola exerce esse poder simbólico sobre todo o corpo docente e discente. Nesse espaço, a violência de gênero ocorre sem que os sujeitos tenham consciência disso e muitas vezes, apesar de as meninas serem vítimas dos meninos nas brigas ou discussões, situações em que os meninos tratam as meninas como seres inferiores, isso é visto apenas como “brigas de alunos”.

É fato. A violência no cotidiano da escola, como afirma Ferreira (2013, p. 287-288), “não é um problema novo”. É um fenômeno que se torna cotidianamente mais complexo, de difícil definição. É um fenômeno plural e se diversifica em diferentes espaços da sociedade. A cada dia, aumenta a insegurança e o imaginário do medo nos ambientes de aprendizagens e convivência escolar, em decorrência do descontrole da violência que invade de forma perversa e se instala na escola, afetando alunos e professores, sem precedentes (p. 287-18). Para a autora (2013), a escola, espaço de socialização e aprendizagem, deve de modo pertinente, assim como pesquisadores, educadores e grupos sociais, buscar alternativas para compreender, prevenir, enfrentar, inibir e/ou combater esse fenômeno no espaço escolar e na sociedade. Pois, quando a escola mostra essa preocupação, os resultados de suas ações, certamente, vão refletir nas relações dos alunos/as com outros indivíduos nos espaços sociais. No entanto, a escola parece, como afirma Ferreira (2013), não estar preparada para resolver os problemas que são produzidos e reproduzidos no seu cotidiano, a exemplo dos conflitos que se diversificam,

as intrigas, os xingamentos, os empurrões, a (in)disciplina de alunos, sejam as agressões físicas e simbólicas, assim como outras situações, o autoritarismo do professor, o desrespeito, a negação do outro, as desigualdades presentes no seu interior (p. 287, 2013).

Desse modo, a escola como um espaço de socialização e, mesmo não sendo a única formadora, tem um papel importante na formação social dos indivíduos. Para isso, é necessário que o debate sobre estas questões, seja valorizado abertamente no espaço escolar buscando estimular crianças e jovens através da informação e conscientização, se posicionarem contra toda e qualquer violência de gênero, raça/etnia, classe. Enfim, não queremos aqui afirmar que a

escola vai resolver por si só a questão da violência e violência de gênero, mas é preciso que a escola se posicione em relação a esse debate e que busque mecanismos e estratégias ao combate a essas práticas. Acreditamos que na escola é possível combater a ideologia machista e a violência de gênero, quando os “jogos de gênero” (CARVALHO, 2006) são observados e ganham a atenção da escola que procura avançar a compreensão sobre as relações de convivência e interações entre meninos e meninas no cotidiano escolar.

Sociedade, escola, educação de meninos e meninas e violência de gênero

As sociedades foram se construindo e reconstruindo ao longo da história e, a partir desse movimento, surgiram diferentes formas de organização social. Nas sociedades primitivas, a divisão entre homens e mulheres estava relacionada ao tipo de trabalho que cada um deveria exercer dentro dos grupos humanos. Com o passar do tempo, as estruturas sociais dos grupos humanos foram se modificando, alguns indivíduos foram exercendo domínio sobre os outros e, entre essas formas de dominação, surge a dominação de um gênero (masculino) sobre o outro (feminino).

Essa dominação exercida a partir da ideia de que o masculino se sobrepõe ao feminino, surge disfarçada por um discurso de “normalidade”, constituindo e estruturando a sociedade patriarcal, que surgiu muito antes do capitalismo, assumindo muitas facetas e atinge principalmente as mulheres, em todos os espaços da sociedade, na estrutura familiar, participação na política, divisão sexual no trabalho, oportunidade de educação formal e escolar. No Brasil, o patriarcado se constituiu desde o processo de colonização, uma vez que a organização familiar tinha como modelo a família tradicional portuguesa, que tinha na figura do pai o chefe de família, ao qual, mulher e filhos deveriam ser submissos. Nele, meninos e meninas eram criados para exercerem papéis sociais, aos quais estavam destinados. Os meninos eram criados para serem futuros chefes de família e eram mandados à escola para receberem instrução. Quanto às meninas, sua criação e instrução eram restritas ao lar e eram educadas para o trabalho doméstico e atividades manuais e a educação escolar lhes era negada (CASIMIRO, 2008). A herança do sistema de organização da sociedade capitalista se apoia no sistema de hierarquia patriarcal e mantém formas de opressão,

dominação-subordinação e funções de reprodução social e a vida privada se torna função atribuída exclusivamente à mulher e as atividades de reprodução da vida – vida pública, é função atribuída aos homens. Durante séculos, o foco da formação era a população masculina e a educação não se preocupou com a instrução das meninas. Poucas eram as meninas que tinham acesso a alguma formação e quando isso ocorria era privilégio de poucas, geralmente as de famílias abastadas. Mas, mesmo frequentando a escola, as meninas tinham nesse ambiente uma espécie de extensão do seu lar. Enquanto os meninos eram formados para exercerem diferentes profissões, as meninas aprendiam a ler, escrever e tinham aulas de educação doméstica para serem boas donas de casa.

Assim, as distinções de gênero e a reprodução da dominação do masculino sobre o feminino são produzidas e reproduzidas desde a escola tradicional, a chamada escola primária, hoje, primeira etapa da escola básica. As escolas eram separadas de acordo com o sexo, lugar de menino e lugar de menina. As meninas pobres foram excluídas do processo, pois, na verdade, o ensino era para as elites e para instruir a população livre masculina. As poucas mulheres que tinham acesso à educação, eram preparadas para trabalhar como professoras e, no máximo, cursavam a Escola Normal para exercer a função do Magistério nas classes da educação infantil. Ao observar a escola atual, é possível perceber que ela mudou muito pouco no que se refere ao modelo patriarcal e às práticas machistas que moldaram a escola e a educação brasileira. Apesar de algumas mudanças ocorridas e as escolas não ensinar às meninas somente a ler e escrever e aulas de educação doméstica não fazerem mais parte do currículo, é possível perceber que, a escola e a família continuam a reforçar a ideia de que há atividades em que meninos e meninas têm aptidões diferentes. Isto é, que algumas atividades só podem ser exercidas por meninos e outras são exclusivas das meninas. No ambiente familiar, a criança aprende que meninos e meninas exercem papéis diferenciados, sejam nas tarefas domésticas, nas brincadeiras ou no modo de se comportar e qualquer comportamento que seja o oposto disso é considerado uma transgressão. Infelizmente, ao chegar à escola nem sempre essas ideias são combatidas, pelo contrário, elas são reforçadas com o estabelecimento dos chamados “papeis sociais” para meninos e para meninas. Com isso, a escola

reforça a desigualdade de gênero e cria outras, inclusive, entre as próprias meninas. Para Ferreira e Santana (2020),

As diferenças sexuais masculinas e femininas são construídas/reproduzidas de forma naturalizada, a partir do aprendizado social, sem nos dar conta de como essas expressões reforçam desigualdades persistentes entre mulheres, por exemplo, com destaque para as negras.

Essa postura da escola contribui para uma ideologia e crença de que o masculino domina sobre o feminino. Bourdieu (2002) lembra que, na escola prevalece a ideia de que certas funções são para meninos e outras para meninas, que meninos são mais aptos que as meninas a aprenderem conhecimentos como da área de Ciências Exatas, por exemplo. Professores não costumam estimular as meninas a se interessarem por algumas áreas do conhecimento e consideram que o melhor é desviá-las “para seu bem” de determinadas áreas consideradas específicas para meninos (2002, p.155. Carvalho (2006), em “jogos de gênero”, diz que “é necessário estabelecer uma diferenciação entre sexo, relações de gênero e gêneros, em uma conceituação mais precisa. Pois,

Há sujeitos e há significados e por isso utilizados como categorias teóricas tanto os gêneros quanto as relações de gênero. Consideramos gêneros como constructos simbólicos de feminilidades e masculinidades em suas combinações variadas, vistos em relação ou separadamente, e relações de gênero como relações sociais entre homens e mulheres, mediadas pelos significados de gênero. Não deixamos de lado a categoria sexo porque a utilizamos para nos referir descritivamente aos sujeitos em sua identidade sexual de homens e mulheres, de meninos ou meninas. Ao falar, por exemplo, em aproximações entre meninos e meninas em uma brincadeira mista, pensamos em aproximação entre os sexos. Os conteúdos desta aproximação, por sua vez, podem ter consequências para as relações de gênero ou para os gêneros masculinos e femininos disponíveis socialmente (2006, p. 138).

É fato. A escola reforça o machismo e exerce a violência de gênero contra meninas, ainda que de forma inconsciente, uma “violência simbólica” que mascara as diversas formas de violência ocorridas na escola, uma vez que, por ser simbólica, nem sempre é percebida, o que torna a escola uma reprodutora da opressão de gênero, omitindo-se quando ela ocorre dentro do espaço escolar e muitas vezes ignorando-a (BOURDIEU, 2002). Saffioti (2001) violência de gênero, como “toda e qualquer forma de coerção, agressão, atitude e conduta baseada no gênero que cause dor, sofrimento ou morte” (p. 1). Essa é uma ação que afeta “vítima em sua saúde física, psicológica ou na sua vida sexual, na esfera pública

ou privada” (p.1) e, quando falamos de tipo de violência, estamos nos referindo à violência praticada contra pessoas de ambos os sexos. Por fim, com base em Saffioti (2001, p. 1)

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização, ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.

Patriarcado e violência contra a mulher na sociedade brasileira: machismo, misoginia, racismo

Na sociedade patriarcal, os homens detêm o poder político e econômico e determinam o comportamento social de homens e mulheres e o modo de pensar e agir, com base em “imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p.60). Os estereótipos construídos a partir dessas imagens trazem uma ideia de superioridade do masculino sobre o feminino, o que por si só já é uma violência. O machismo e a misoginia apresentam-se entre as práticas de violência contra a mulher produzidas a partir do ideário do sistema patriarca.

A negação dos direitos das mulheres é uma das características da sociedade machista, que são vítimas de diferentes tipos de violência (agressões físicas, sexuais e psicológicas). A violência contra as mulheres, manifestada de diferentes formas, é legitimada pelo patriarcado e praticada em diferentes espaços (familiar, doméstico, ambiente de trabalho). Para Saffiotti (2013), esse fenômeno “não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino” e na sociedade em que prevalece a ideia do domínio do masculino sobre o feminino, a violência de gênero é naturalizada. No Brasil, os dados da violência contra a mulher são alarmantes. A violência está presente em diferentes esferas sociais e se manifesta de diferentes formas, através de agressões físicas, verbais e, nos casos mais extremos, pode levar à morte. Diariamente, homens, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, são vítimas da violência, mas, no Brasil, atinge principalmente jovens e mulheres negras. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2021 mostram essa triste realidade. Das vítimas de homicídio no Brasil, 75,8% eram negros, e das vítimas que

sofreram lesão corporal seguida de morte, 75,3% eram negras. Os dados mostram que mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio. Em 2020, 61,8% das vítimas de feminicídio ocorridos no Brasil eram negras (FBSP, 2021). No Atlas da Violência 2021, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) e Fórum de Segurança Pública (FBSP), em 2019 houve um alto índice de mortes violentas no Brasil. Foram registradas 47.742 mortes violentas intencionais e, entre elas, destaca-se o alto índice de feminicídios no país nesse período. Em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas e no Atlas da Violência, nesses dados estão incluídos

tanto circunstâncias em que as mulheres foram vitimadas em razão de sua condição de gênero feminino, ou seja, em decorrência de violência doméstica ou familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher (IPEA, 2021, p. 36).

Enfim, a violência contra as mulheres no Brasil mostra que é preciso aumentar a atenção do Estado, da sociedade e escola e de políticas públicas eficazes nessa direção e a educação tem um papel fundamental para pelo menos minimizar o número de ocorrências desse tipo de violência, considerando a função fundamental da escola para criar espaços de sociabilidades, educação e conscientização sobre a importância do exercício da cidadania.

Considerações Finais

É possível concluir que a educação para prevenção e combate à violência contra a mulher não depende exclusivamente da escola, mas é muito importante a sua atenção e tomada de decisão para inserção da discussão sobre o tema no currículo escolar. Como estratégias fundamentais, a escola deverá implementar a Lei 14.164/21 e instituir a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher no currículo e práticas pedagógicas, além de preparar o professor e abrir espaços de debate. Essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n. 9.394/96, para incluir conteúdo sobre prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e tem como objetivo a divulgação da Lei Maria da Penha entre crianças e adolescentes nas escolas, promover ações preventivas e combate a cultura da violência contra mulheres. Afinal, essa discussão é fundamental para conscientizar meninos e meninas sobre questões de gênero no espaço escolar. Mas, apesar da obrigatoriedade da Lei, as escolas

ainda têm dificuldades de inserir essas discussões em seus currículos. O desconhecimento da lei, a falta de preparo dos professores e a dificuldade em abordar o tema é um problema que precisa ser resolvido pela escola. Mas, para que ocorra a discussão sobre gênero e violência no espaço escolar é preciso que a escola conheça a comunidade local e evitar seu isolamento em relação à realidade cotidiana dos seus alunos e alunas, uma vez que “não é possível conceber uma experiência pedagógica ‘desculturalizada’, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade” (CANDAU, 2013). A integração entre escola e comunidade pode possibilitar aos gestores e professores conhecerem a cultura da escola e a diversidade de cada um dos sujeitos que a compõem e na elaboração do projeto político pedagógico e currículo, a partir das diferentes realidades e concepções de mundo que compõem o espaço escolar, promovendo, assim, o respeito às diferenças e construir a identidade da escola. A escola não se constrói somente pelos saberes científicos por ela transmitidos aos educandos. Ela é perpassada pelos diferentes saberes, culturas e vivências de todos os sujeitos que a compõem, formando um “arco-íris de culturas” que torna o trabalho docente mais complexo (MOREIRA; CÂMARA, 2013). Esse “arco-íris de cultura” deve levar a escola a construir currículos onde todos os saberes e culturas dos sujeitos que a sejam contemplados. Para Weller e Silva (2008), “a escola deve oferecer subsídios para que a relação com o outro estimule o convívio e o respeito às diferenças, partindo da premissa de que vivemos em uma sociedade multicultural e pluriétnica”.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006, p.15.

BRASIL, Lei nº 11.340, **Lei Maria da Penha**, de 7 de agosto de 2006, Título II, Cap.I, Artigo 5º. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato-2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 20 de março de 2021.

CASIMIRO, Ana Palmira B.S. **Apontamentos sobre a Educação no Brasil Colonial**. In: SILVA, José Carlos e LUZ, José Augusto. História da Bahia. Salvador: Arcádia, 2008.

CERQUEIRA, Daniel **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. **A banalização da violência na escola**. XI Congresso Nacional de Educação: EDUCERE, 2013.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade; SANTANA, José Valdir Jesus de. **As condições da infraestrutura escolar, corpo docente e relações de gênero na escola de ensino fundamental: Um estudo descritivo em Itapetinga, BA.** Revista Binacional Brasil Argentina, Vitória da Conquista, V. 9 n. 1 p.34-53. Julho/2020.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero** (2001). Cadernos Pagu (16) 2011: p.115-136.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

WELLER, Vivian; SILVA, Iraci Pereira da. **Gênero, Sexualidade e Violência na Escola e na Família:** Experiências de Jovens-Mulheres de Planaltina-DF. Fazendo Gênero 8-Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, agosto de 2008.